

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO -
UNISAGRADO**

LEONARDO BARBOSA VICENTE

**O PENSAMENTO DE EDMUND BURKE NO LIVRO
*REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO NA FRANÇA: UMA
ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA***

BAURU/SP
2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

**O PENSAMENTO DE EDMUND BURKE NO LIVRO
*REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO NA FRANÇA: UMA
ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA***

Monografia de Iniciação Científica apresentada à
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação do
Centro Universitário Sagrado Coração, sob
orientação da Profa. Dra. Flávia Santos Arielo,
vinculada ao Centro de Humanas do Centro
Universitário Sagrado Coração (Unisagrado).
Bauru/SP.

BAURU/SP
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

V632p

Vicente, Leonardo Barbosa

O pensamento de Edmund Burke no livro Reflexões sobre a Revolução na França: uma análise historiográfica / Leonardo Barbosa Vicente. -- 2021.
38f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Flávia Santos Arielo

Monografia (Iniciação Científica em História) - Centro
Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Edmund Burke. 2. Conservadorismo. 3. Historiografia. I.
Arielo, Flávia Santos. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar presente em cada passo de minha vida, iluminando os momentos de escuridão, e aos meus pais por todo suporte que me deram durante esse período.

Agradeço também aos amigos que me ajudaram muito na realização desta pesquisa, seja através de discussões quase infindáveis, seja através de minuciosas correções e sugestões.

Serei eternamente grato à minha orientadora e amiga Dr^a Flávia Santos Arielo pelo tempo dedicado, pela motivação e pelo imprescindível auxílio prestado em cada etapa dessa pesquisa. Sem ela nada disso seria possível.

Por fim, agradeço ao Centro Universitário do Sagrado Coração a oportunidade oferecida, e aos demais membros do corpo docente, sobretudo aos professores do curso de História, com quem aprendi muito.

RESUMO

Existem poucas produções que tratam especificamente sobre a vida e obra do filósofo e político anglo-irlandês Edmund Burke (1729 – 1797) em língua portuguesa, sobretudo quando nos referimos à sua contribuição ao pensamento conservador moderno. Por conta disso, o objetivo central desta pesquisa é mostrar quais são os “alicerces” legados por Burke, por meio do livro *Reflexões sobre a Revolução na França*, ao pensamento conservador. Especificamente, apresentamos uma breve biografia de Burke, juntamente com uma contextualização histórica de sua obra, bem como destacamos e elucidamos alguns conceitos presentes no livro. Por fim, apresentamos alguns pensadores conservadores posteriores que se utilizaram desses conceitos, por vezes modificando-os ou aprofundando-os.

Palavras chave: Edmund Burke; Conservadorismo; Historiografia.

ABSTRACT

There are few productions that deal specifically with the life and work of the Anglo-Irish philosopher and politician Edmund Burke (1729 –1797) in Portuguese, especially when it refers to his contribution to modern conservative thought. By virtue of it, the central objective of this research is to show the "foundations" bequeathed by Burke, through the book *Reflections on the Revolution in France*, to conservative thought. Specifically, we present a brief biography of Burke, along with a historical contextualization of his work, as well as highlight and elucidate some concepts present in the book. Finally, we present some later conservative thinkers who used these concepts, sometimes modifying or deepening them.

Keywords: Edmund Burke; Conservatism; Historiography.

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	08
2.0 MATERIAIS E MÉTODOS.....	12
3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
3.1 BURKE: UMA BREVE BIOGRAFIA.....	14
3.2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE AS REFLEXÕES.....	18
3.3 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA.....	21
3.4 CONCEITOS.....	24
3.4.1 INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS BURKIANOS.....	24
3.4.2 CÉTICISMO E IMPERFEIÇÃO HUMANA.....	25
3.4.3 IMAGINAÇÃO MORAL.....	28
3.4.4 PRUDÊNCIA E CIRCUNSTÂNCIAS.....	28
3.4.5 PEQUENOS PELOTÕES.....	30
3.4.6 PRECONCEITOS.....	32
4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	37

1.0 INTRODUÇÃO

Edmund Burke (1729 – 1797) foi um filósofo e político anglo-irlandês que se tornou conhecido, principalmente, por seu livro *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790), onde faz duras críticas ao que denominava “espírito” revolucionário francês e, também, ao que chamou de revolução filosófica. Mais tarde, esse livro se tornaria o principal “alicerce” do pensamento conservador¹ moderno, influenciando muitos outros pensadores conservadores e estabelecendo conceitos que perduram até hoje, sobrevivendo aos “testes do tempo”.

Reflexões sobre a Revolução na França surge como uma suposta resposta à correspondência de um jovem amigo francês, Charles-Jean-François Depont, que havia escrito a Burke para saber sua opinião sobre a revolução que estava em andamento na França. À época, era esperado que Burke defendesse a Revolução Francesa, visto que havia apoiado (ou, ao menos, compreendido e aceitado) a Revolução Americana e fazia elogios ao “espírito” da Revolução Gloriosa, que para ele havia sido uma revolução evitada, pois teria deposto um rei revolucionário (Jaime II). No entanto, contrariando o senso comum, Burke não só fez duras críticas ao levante, como lançou mão de argumentos duradouros que até hoje servem de guia ao chamado pensamento conservador.

Scruton (2019, p.38), ao analisar o livro de Burke, afirma que

[...] *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790), escrito um ano depois de seu início [Revolução Francesa], é um espantoso exemplo de sua habilidade de compreender a essência das coisas e prever seu desenrolar. Embora, quando escreveu, o rei ainda não tivesse sido executado e o Terror ainda não tivesse começado, ele previu ambos os eventos e avisou contra o que via como principal defeito da revolução, quando comparada à americana (que defendera): o fato de que fora imposta de cima para baixo, por uma “cabala literária”.

Conceituar o que é conservadorismo não é uma tarefa fácil, principalmente pelo fato de, ao menos para alguns autores conservadores, não se tratar de uma ideologia², mas, sim, de uma disposição, como descreveu Oakeshott (2018a). Por conta disso, é comum ver o termo conservadorismo ligado, erroneamente, às ideias de autoritarismo,

¹ Sempre que utilizarmos o termo *conservador*, estaremos nos referindo ao que é conhecido como *conservadorismo moderno*, que é justamente a corrente de pensamento conservadora influenciada por Burke.

² Aqui, referimo-nos à ideologia como um conjunto sistemático de ideias pré-definidas e estáticas que visam ser aplicadas independentemente do local ou circunstância.

reacionarismo e ao imobilismo. No entanto, observando a obra de Burke, podemos ver que essas ideias não só não representam seu verdadeiro sentido como são opostas a seu significado. Ser conservador, segundo Oakeshott (2018, p.179),

[...] é, pois, preferir o familiar ao estranho, preferir o que já foi tentado a experimentar, o fato ao mistério, o concreto ao possível, o limitado ao infinito, o que está perto ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, à risada momentânea à felicidade eterna.

Ou seja, o conservador, antes de propor reformas e mudanças, se vale de princípios orientadores, como o ceticismo quanto a grandes rupturas sociais, o respeito às tradições e instituições estabelecidas, a noção da imperfeição humana, a reverência às coisas permanentes e a observação da realidade concreta em contraponto à abordagem abstrata da política. Deste modo, de maneira alguma o conservadorismo poderia ser avesso a mudanças, afinal, as reformas são necessárias para manter as estruturas em pé, como aponta o próprio Burke (2017); no entanto, o conservador é prudente com relação a essas reformas, pois sabe que o processo de construção é sempre mais difícil e demorado que o de demolição.

Um dos princípios mais caros a Edmund Burke, princípio este que aparece algumas vezes nas Reflexões, é a observação das circunstâncias antes de qualquer ação política; essa foi uma das causas que dificultou o trabalho daqueles que tentaram sistematizar sua filosofia. Segundo o próprio Burke (2017, p.32 – 33),

as circunstâncias [...] são as responsáveis por dotar, na realidade, todos os princípios políticos de sua cor e efeito distintivos. São as circunstâncias que tornam todo esquema civil e político benéfico ou prejudicial para a humanidade.

Embora, como aponta Scruton (2019), Burke não tivesse o objetivo de escrever um tratado sistemático, dado que, para ele, as circunstâncias deveriam guiar as ações, fica claro que seus conceitos e suas ações no parlamento seguiam uma lógica interna, uma coerência que apresentou durante toda sua vida, seja no campo político, seja no campo filosófico. Como afirma Moreira (2019, p.30), que tentou, de algum modo, sistematizar seu pensamento na obra *A Filosofia Política de Edmund Burke*,

Burke distancia-se frequentemente das especulações filosóficas e de um tratamento abstrato dos assuntos políticos. A seus eleitores de Bristol afirmava: “Não pretendo ser um historiador, um advogado ou alguém qualificado para professor de metafísica. Nunca arriscaria colocar seus sólidos interesses em terreno especulativo”. Mas até mesmo quem defende sistematicamente o tratamento prático dos assuntos políticos faz uma opção filosófica nessa matéria e, no caso de Burke, a alicerça em princípios e a explica com argumentos suscetíveis de serem formalizados filosoficamente.

Um conceito explorado em vários tratados escritos por Burke ao longo de sua vida, e que, mais tarde, se tornaria um dos conceitos mais caros ao pensamento conservador, é o de que há uma “sabedoria” presente na sociedade, que se desenvolveu com o tempo e que pode ser encontrada na tradição; a essa sabedoria ele chama de “preconceito” – isso se dá porque, para ele, o indivíduo pode ser tolo, mas a espécie é certamente sábia. Entretanto, diferentemente do que entendemos por preconceito hoje em dia, para Burke,

O preconceito e a superstição [...] não eram arbitrários ou irracionais. Pelo contrário, eles existiam em continuidade com a sabedoria e a virtude, trazendo consigo a sabedoria e a virtude “latentes” que haviam sido acumuladas ao longo dos séculos (HIMMELFARB, 2018, p.20 – 21).

O estudo da figura de Edmund Burke é muito importante em vários aspectos, já que sua contribuição pode ser notada em diversos campos do conhecimento. Seu legado é importante à filosofia, à ciência política e, também, à história. Como aponta Peter Burke (1991), desde a revolução dos *Annales*, a História passou a buscar cada vez mais a interdisciplinaridade, ou seja, o trabalho em conjunto com outras disciplinas para um entendimento mais totalizante do objeto de estudo.

Mais especificamente no campo da ciência histórica, também encontramos justificativas para o estudo de personalidades como Edmund Burke. Para Bloch (2001, p. 54) “o objetivo da história é, por natureza, o homem.” Ou seja, o historiador tem como ofício indagar e, assim, entender as ações dos homens no tempo e espaço. Também cabe ao historiador entender as influências que essas figuras exerceram durante a história e ainda exercem na atualidade.

Burke é uma figura de extrema importância histórica. Como político, presenciou acontecimentos marcantes e se debruçou sobre eles. Esteve presente e participou ativamente das discussões referentes à independência dos Estados Unidos da América; e, mais especificamente em sua obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, escrita em 1790, descreveu os caminhos que a recente Revolução Francesa estava tomando, além de demonstrar profundo conhecimento sobre as suas consequências.

Sobre suas influências ao correr da história, Russel Kirk (2016) afirma que Burke, durante muito tempo, foi quase que ignorado completamente, mas, a partir da segunda metade do século XX, teve sua figura “ressuscitada”, e suas ideias passaram

a interessar praticamente a todos, inclusive aos homens que discordavam amargamente de suas conclusões.

O pensamento conservador brasileiro também foi alcançado pela influência das ideias burkianas, principalmente figuras do pensamento político oitocentista como José da Silva Lisboa (1756–1836), Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795–1850), José de Alencar (1829–1877), Rui Barbosa (1849–1923) e Joaquim Nabuco (1849–1910). Segundo Lynch (2016, p. 484)

[...] os conservadores brasileiros não apenas leram Burke, mas se apropriaram de seus argumentos de modo inteligente e produtivo para o contexto brasileiro, e em um sentido mais progressista do que o próprio autor das *Reflexões sobre a Revolução na França* poderia adivinhar.

Essa pesquisa também se insere no que se conhece como História dos Conceitos, uma vez que ela, embora procure contextualizar historicamente a obra, a fim de fazer conhecer melhor os motivos que levaram Burke a escrevê-la, também “[...] está interessada nos modos pelos quais as gerações e os intérpretes posteriores leram, alterando seus significados, essas proposições políticas do passado” (JASMIN, 2005, p.32). É inegável a importância de se analisar o contexto histórico no estudo da formação dos conceitos políticos, evitando assim cair em anacronismos, no entanto, é fundamental compreender que o uso desses conceitos pode, com o passar do tempo, ter sido alterado ou transformado, visto que “[...] um conceito não é inalterável, não é um centro fixo estável, mas deve ser entendido como um objeto imerso na temporalidade e na linguagem” (BENTIVOGLIO, 2010, p.123).

Por fim, esta pesquisa, além de apresentar uma breve biografia sobre Burke e de trazer uma contextualização histórica da obra, analisa os principais conceitos que foram deixados por ele no livro *Reflexões sobre a Revolução na França* e que, posteriormente, se tornaram importantes alicerces do pensamento conservador moderno, sendo adotados e utilizados por outros pensadores conservadores.

2.0 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi pautada na revisão e análise bibliográficas, que visam fornecer ao pesquisador o contato com tudo o que é conhecido e já foi publicado referente ao tema da pesquisa. A pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2003, p.183), “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas e livros”. Por meio da pesquisa bibliográfica é possível, além de replicar e divulgar o que já foi pesquisado e escrito sobre o tema proposto, discutir e propor novas abordagens e interpretações; também é possível confrontar as informações existentes a fim de elucidar as questões estudadas. Afinal, é preciso conhecer o que já foi e o que ainda está sendo discutido sobre o assunto, o que fará com que o pesquisador tenha um maior domínio e um melhor conhecimento sobre o tema. Para Gil (2002, p.101), o levantamento bibliográfico “tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação”.

Levando em consideração o que já foi exposto, a presente pesquisa pode ser entendida como de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa define-se como a busca de uma análise não somente de dados numéricos, mas também de aspectos de natureza social e cultural. Para Silveira e Córdova (2009, p.132), a pesquisa qualitativa “busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos [...]”.

Mais interessante às pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas, o método qualitativo se baseia na compreensão de determinado fenômeno ou assunto. Como aponta Minayo (2008), o método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam.

Após as primeiras orientações, nos meses de setembro e outubro, foram feitos o levantamento e a separação do material para a pesquisa. Posteriormente, foram realizadas a revisão de literatura e os fichamentos para coleta de dados, culminando, após a análise dos resultados obtidos, na elaboração do Relatório Parcial. Dentre os materiais analisados nesse período estão: *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke; *Edmund Burke: Redescobrimo um Gênio*, de Russell Kirk; O

Grande Debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da Esquerda e da Direita, de Yuval Levin; *Conservadorismo: um Convite à Grande Tradição*, de Roger Scruton e *A Filosofia Política de Edmund Burke*, de Ivone Moreira.

Nas últimas etapas, realizamos uma análise minuciosa sobre os resultados obtidos, bem como uma nova revisão sistemática da literatura, acrescentando novas referências que foram encontradas no processo. Por fim, nos meses de julho, agosto e setembro foram elaborados o Relatório Final e a Monografia, contendo todos os resultados obtidos através da pesquisa.

3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 BURKE: UMA BREVE BIOGRAFIA

Antes de falar sobre a obra *Reflexões Sobre a Revolução na França* e sobre os conceitos lançados por Burke através dela, é necessário apresentar uma breve biografia do filósofo e político anglo-irlandês, relatando sua formação, seus maiores feitos como escritor e político e, conseqüentemente, revelando as circunstâncias que o fizeram ser considerado o pai do conservadorismo moderno, ainda que ele próprio nunca tenha utilizado esse termo. Para Russell Kirk (2016, p. 133),

A vida pública de Burke é aquela que nos apresenta o processo pelo qual um escritor irlandês e um partidário político, mediado pela experiência do mundo e pela vida da razão, se fez um dos homens mais sábios que jamais houve para meditar acerca da ordem social civil.

Edmund Burke nasceu no dia 12 de janeiro de 1729³, em Dublin, capital da Irlanda. Filho de Richard Burke (1700-1761), um conceituado advogado anglicano, e de Mary (Nagle) Burke (1700-1761), uma católica fervorosa, pouco se sabe de sua vida privada, pois “[...] desde muito jovem observou que não era conveniente contar ao mundo a respeito de si mesmo mais do que este deveria saber” (KIRK, 2016, p.133). Sabe-se que, devido à sua frágil saúde, viveu boa parte da infância com a família de sua mãe, quando teria estudado numa escola possivelmente clandestina para católicos irlandeses.

Posteriormente, passou a estudar em uma instituição protestante em Baltimore, até se transferir, no ano de 1744, para o *Trinity College*, em Dublin, onde obteve o diploma de *Bachelor of Arts* no ano de 1748. É também no *Trinity College* que Burke dá seus primeiros passos na literatura ao editar a revista semanal *The Reformer*. Seu pai, Richard, desejava que o jovem Edmund seguisse seus passos no direito, por isso, de comum acordo com ele, Burke decide se estabelecer em Londres. Richard, então, o envia ao colégio interno *Middle Temple*, em 1750, a fim de que se tornasse um *barrister*⁴. No entanto, Burke não encontra no Direito um caminho atrativo e, mesmo dificultando sua relação com seu pai, passa à carreira literária. Nesse período

³ Há uma controvérsia quanto ao ano de seu nascimento. Alguns biógrafos acreditavam que ele teria nascido no ano de 1730, outros pensavam que teria ocorrido em 1729, como é o caso do Russel Kirk (2016), modelo que usei para esta breve biografia.

⁴ Um tipo superior de advogado a quem era reservada a defesa nas Reais Cortes Superiores de Justiça e vetado o contato com os clientes.

conheceu Jane Mary Nugent (1734-1812) e com ela casou-se no dia 12 de março de 1757. Juntos, tiveram um filho chamado Richard Burke, nascido em 09 de fevereiro de 1758.

No ano de 1956, Burke publicou a obra *A Vindication of Natural Society*⁵, um texto irônico sobre os “malefícios” da sociedade política estabelecida, onde “elogiava” a sociedade natural. Já em 1757, Burke publica seu livro *Investigação Filosófica sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e da Beleza*, no qual trabalhara desde os tempos de *Trinity College*. A obra trata de questões filosóficas e, também, psicológicas, pois Burke define nela pela primeira vez sua visão da natureza humana, visão esta que será útil para sua filosofia política. No ano de 1765, assume o cargo de secretário particular do lorde Rockingham, então líder do partido *Whig*. Entretanto, Burke não deve a Rockingham sua primeira oportunidade para entrar no Parlamento,

[...] deve-a antes a seu amigo William Burke, a quem fora oferecido um lugar como deputado por Wendover, círculo eleitoral do lorde Verney, que o amigo generosamente lhe cede. Inicia assim sua carreira Política, tendo pronunciado o primeiro discurso no Parlamento como *whig* em janeiro de 1766. Em 1774, Burke obtém de novo um lugar no parlamento, agora por mérito próprio, como deputado por Bristol (MOREIRA, 2019, p.25).

Em 1780 é novamente eleito deputado, mas dessa vez por Malton. Ao longo de sua carreira política, Burke travou grandes batalhas. As principais foram referentes à Guerra de Independência das Colônias Americanas, à defesa dos católicos irlandeses, ao *impeachment* de Warren Hastings e, é claro, à Revolução Francesa. Como aponta Ivone Moreira, todas essas batalhas foram pautadas por

“[...] grande preocupação ética e empenhada defesa da dignidade e liberdade humanas, mas também da tradição – que considera muito mais sábia para a condução da sociedade do que qualquer sistema abstratamente desenhado (2019, p.26)”.

Seu posicionamento em relação à independência das colônias americanas é uma prova da coerência de suas visões políticas – coerência esta que conservou ao longo de toda a sua vida. Burke não defendia de forma alguma a independência das colônias, mas a enxergava como inevitável. Como afirma Moreira, “[...] quando

⁵ O livro imitava, de forma irônica, o estilo do visconde de Bolingbroke, que havia escrito uma crítica à religião revelada. Burke, então, querendo demonstrar o caráter subversivo dos princípios utilizados por Bolingbroke, utiliza-se deles para atacar a sociedade estabelecida, elogiando a sociedade natural. O livro foi publicado de forma anônima e sua imitação foi tão boa que o público acreditou tratar-se de uma obra de Bolingbroke. Somente em sua segunda edição é que o propósito satírico do texto foi revelado em prefácio.

começam os conflitos na América, Burke insiste para que se respeitem os direitos dos colonos americanos de não serem taxados por impostos sem estar representados no Parlamento (2019, p.26)”. Como apontam Karnal *et al.* (2018), de início as colônias gozavam de certa autonomia em relação à Inglaterra, entretanto, essa relação muda no século XVIII, após o país obter certa estabilidade política em decorrência do estabelecimento de uma monarquia parlamentar. A Inglaterra, então, começa uma política de expansão e de forte controle imperial; aliado a isso, há o aumento de produção decorrente da Revolução Industrial, que fará com que “as colônias da América sejam vistas como importantes fontes para alimentar o processo industrial inglês (KARNAL *et al.*, 2018, p.75)”. Um terceiro elemento para a mudança relacional são os conflitos do século XVIII. Esses conflitos levaram a um aumento de tropas britânicas nas colônias, bem como trouxeram grandes custos, os quais governo inglês desejava que as colônias americanas ajudassem a cobrir. Frente a esses acontecimentos, Burke apoia a luta dos colonos, acreditando que suas reivindicações eram justas, afinal, seus princípios de liberdade eram os mesmos princípios que moldaram a sociedade inglesa. Não havia como, por isso, desacreditar suas exigências sem pôr as próprias liberdades do povo inglês em xeque. Burke, durante todo o processo, defende que o governo inglês volte à forma anterior de relacionamento com as colônias, respeitando, assim, a liberdade dos colonos e fortalecendo seus laços.

Esse grande respeito pela liberdade individual, que deveria ser garantida pelo Estado, fez com que Burke comprasse algumas brigas que lhe custaram caro politicamente. Uma dessas brigas o acompanhou por toda a sua trajetória política: a defesa dos católicos irlandeses. Filho de casamento misto (mãe católica e pai anglicano), Burke nutria certo respeito pelo catolicismo. Por conta disso e, também, de seu respeito às liberdades, Burke defendeu que eles tivessem o direito à liberdade religiosa, chegando mesmo a colocar seu filho para defender a mesma bandeira. Segundo Kirk (2016, p.167),

Embora constituíssem a grande maioria da população, os católicos irlandeses foram totalmente privados de direitos civis desde o triunfo final dos hanoverianos; e, ainda que as leis penais já não fossem aplicadas com pleno vigor, em teoria – e, às vezes, na prática – os católicos não desfrutavam de igual proteção das leis ou não tinham a posse garantida da propriedade e, é claro, não podiam exercer um cargo público.

Devido à defesa desse grupo ao longo de toda a sua trajetória política, Burke foi acusado de ser “criptocatólico”, “papista” e “jesuíta”, além de influenciar em sua derrota enquanto concorria ao segundo mandato por Bristol.

Outro acontecimento que marcou sua carreira política foi o processo de *impeachment* de Warren Hastings, que era governador-geral de Bengala. Em 1781, Burke foi indicado para um comitê da Câmara dos Comuns que tinha como finalidade investigar possíveis injustiças em Bengala. À época,

A Índia Britânica, da infância de Edmund Burke até o Índia Act [Lei da Índia] de William Pitt, o Jovem, em 1784, não foi governada diretamente pela Coroa britânica, mas pela Companhia das Índias Orientais [companhia pela qual Burke nutria certa simpatia até 1780], informalmente conhecida como “John Company” (KIRK, 2016, p.238).

Burke, ao debruçar-se sobre questão indiana, apercebeu-se que os relatos sobre o exercício arbitrário do poder por parte de membros da Companhia das Índias Orientais, bem como de corrupção, deveriam ser investigados e achava que Hastings, personalidade eminente, poderia ser figura central dessa infâmia. Para Kirk (2016, p.240), “Da mesma maneira como lutou contra o abuso do poderio britânico na América do Norte e na Irlanda, agora tomava a causa da justiça na Índia”.

Para Burke, os ingleses, através da Companhia das Índias Orientais, exploravam os indianos, arruinando a Índia e envergonhando a justiça britânica. Ele achava que, a menos que o problema fosse resolvido prontamente, haveria uma espécie de “retribuição providencial”, fosse através da expulsão inglesa da Índia, fosse de outra forma. Os acusados defenderam-se afirmando que as leis que se aplicavam na Inglaterra não eram as mesmas que deveriam ser aplicadas na Ásia. Burke se contrapõe a essa visão, chamando-a de “moralidade geográfica” e defendendo que a justiça deveria seguir princípios universais, independentemente do contexto cultural.

O processo foi votado no Parlamento em 1787 e iniciou-se em fevereiro de 1788. Durou ao todo onze longos anos, no entanto, essa luta que travou pelo povo indiano “[...] constituía motivo de orgulho para Burke, que chegou a afirmar que tudo o mais que ele tivesse feito poderia ser esquecido, mas que gostaria de ser lembrado por essa sua luta moral (MOREIRA, 2019, p.27)”.

Burke também se posicionou a favor da liberdade em relação à abolição da escravidão. Ele achava que a situação do escravo era incompatível com a dignidade humana, embora soubesse que a abolição imediata seria impossível, uma vez que

todo o sistema colonial era alicerçado na escravatura. Por isso, defendeu que a extinção fosse gradual, partindo de uma reforma da própria estrutura colonial, o que consequentemente levaria o sistema escravista à extinção.

A maior batalha que Burke travou em toda a sua carreira política, no entanto, diz respeito à Revolução Francesa. Em julho de 1789, Burke escreve uma carta a lordes Charlemont, mostrando-se perplexo com os acontecimentos e elogiando o espírito francês, ainda que já rejeitando seus métodos. Na carta, ressaltava que os revolucionários poderiam estar despreparados para a liberdade que exigiam. Com medo de que o mesmo método fosse aplicado na Inglaterra, principalmente após o discurso favorável à Revolução por parte de Richard Price⁶, Burke decide então escrever uma crítica, e em novembro de 1790, publica as *Reflexões sobre a Revolução na França*. A escreve em formato de carta, supostamente em resposta a um jovem francês que o havia indagado sobre suas opiniões em relação à Revolução.

As *Reflections* constituem uma longa e bem constituída diatribe contra os princípios da Revolução Francesa, princípios jacobinos que julgam possível arrasar todo o patrimônio cultural anterior e começar de novo a partir da suficiência arrogante da razão, não considerando que o patrimônio herdado reflete a riqueza cultural acumulada e corrigida em muitas gerações, muito mais sábia e arguta que a melhor construção que resultasse das conjecturas de uma geração iluminada (MOREIRA, 2019, p.29).

Por conta do texto, Burke se torna alvo de todos os lados, sendo atacado por parte dos *whigs* por não apoiar a revolução e por parte dos *tories*, que, embora tivessem admirado as críticas lançadas contra a revolução nas *Reflexões*, viam com desconfiança seu autor, que havia combatido com brilhantismo muitas de suas políticas durante muito tempo.

Já aos 65 anos, Burke pede para ser retirado do Parlamento no ano de 1794, embora tenha continuado a escrever sobre a revolução e sobre a questão dos irlandeses. Morre, enfim, em Beaconsfield em junho de 1797.

3.2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REFLEXÕES

Ao longo de toda a sua vida, Burke escreveu diversos textos. A maior parte constitui-se de discursos e correspondências sobre questões políticas, mas alguns

⁶ Clérigo dissidente de grande erudição que havia feito um discurso em apoio à Revolução Francesa. Burke temia que suas ideias ganhassem popularidade.

deles, como o já citado *Investigação Filosófica sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e da Beleza*, pendem para o campo da filosofia. Dentre todas as suas obras, a que mais se destacou, tanto à época quanto posteriormente, foi *Reflexões*. Tamanho foi seu alcance e repercussão que, em pouquíssimo tempo, gerou respostas dentro e fora da Inglaterra. A mais conhecida dessas respostas foi o inflamado texto de Thomas Paine chamado *Os Direitos do Homem*. Mas as *Reflexões* também receberam respostas de ingleses que acolheram mal as considerações de Burke, principalmente porque achavam que os princípios defendidos pelos revolucionários franceses eram os mesmos que haviam sido defendidos pelos colonos americanos alguns anos antes.

As *Reflexões* foram publicadas em novembro de 1790, em Londres, por Dodsley, editor de Burke, enquanto a Revolução Francesa ainda não tinha atingido seu momento mais violento, que ficou conhecido como Terror, iniciado no ano de 1793; essa “antecipação” feita por Burke, principalmente quando levamos em consideração muitos de seus vaticínios, foi considerada uma grande façanha por muitos dos conservadores que, alguns anos depois, se debruçaram sobre sua obra magna. Para alguns desses estudiosos, como Kirk, suas previsões quase certas demonstraram uma grande capacidade de leitura política da circunstância pela qual a França vinha passando. Dentre suas previsões estão a execução do rei, a expropriação dos nobres e as invasões francesas a outros países. Entretanto, sua previsão mais acurada foi a de que a própria estrutura revolucionária, imprópria como era, desaguaria, conseqüentemente, num regime militar, levando ao fim toda a discussão metafísica sobre os direitos do homem. Burke prevê até mesmo a ascensão de um general carismático, que muitos, posteriormente, associaram à figura de Napoleão Bonaparte.

A obra seria supostamente uma resposta ao jovem francês Charles-Jean-François Depont, amigo de seu filho, que, conhecendo seu posicionamento em relação à independência das colônias americanas, gostaria de saber suas opiniões sobre a revolução que emergia em território francês. Alguns autores acreditam que, embora Burke tenha de fato recebido a carta do jovem Francês, que o teria motivado a refletir mais seriamente sobre o evento em andamento na França, a obra nunca teve a intenção de ser uma resposta particular ao questionamento de Depont, muito pelo contrário, argumentam que Burke, desde o princípio, desejou escrever um tratado para os próprios ingleses, para que estes não fossem arrastados para o mesmo problema que consumia a França. Segundo o autor Yuval Levin (2017, p.51)

Sua plateia em *Reflexões* era claramente inglesa e não, como afirmava seu estilo epistolar, um cavalheiro francês. Se fosse de fato uma carta a um francês, *Reflexões* teria sido grandemente inapropriado, jactando-se e zombando como faz. Mas, como carta a seus compatriotas, buscava tanto lembra-los (ou persuadi-los) das origens e princípios de suas próprias instituições e políticas – para lhes mostrar o que deveriam ser, insistindo que já o era – quanto argumentar contra a França, tudo em nome de construir resistência aos apelos revolucionários.

Já a opção de Burke pelo estilo epistolar teria ocorrido pois este estilo o permitiria desenvolver seu argumento de forma mais informal e cativante, afinal, se tratava de um panfleto político. Vale ressaltar que esses panfletos escritos em forma de carta, à época, eram muito usuais.

Analisando sua biografia, ficava claro o porquê da preocupação de Burke em construir uma resistência contra o espírito revolucionário. Ele valorizava imensamente o legado inglês, suas tradições e instituições, e via o levante como uma grande ameaça à ordem estabelecida e à própria Constituição inglesa. Não à toa ele dedicaria boa parte das *Reflexões* a combater Richard Price, que inflamava os ingleses a apoiar o que ocorria na França.

Durante sua trajetória política, Burke havia defendido de maneira desinteressada muitas das vítimas do poder arbitrário e imoderado, e, por conta disso, reconhecendo os abusos do *Ancien Régime*, estava disposto a aceitar medidas drásticas para combater esses abusos e realizar as reformas necessárias. No entanto, sabia que o caráter abstrato e autoritário que se desenhava com a revolução acabaria por gerar ainda mais injustiças e problemas a longo prazo. Irving Babbitt, em seu livro *Democracia e Liderança*, vai afirmar que

Ele [Burke] constatou que a Revolução não procurou, como outras revoluções, equacionar de forma diferente certas queixas específicas, mas tinha pretensões universais. A França queria se transformar no “Cristo das Nações” e conduzir uma cruzada pela regeneração política da humanidade. Essa mistura particular das coisas de Deus com as de César a ele pareceu psicologicamente insana e, de qualquer forma, subversora da ordem social vigente na Europa (2003, p.120).

Por ordem social vigente, Burke compreendia tudo aquilo que se tinha estabelecido e que tinha passado pelos testes do tempo durante todas as gerações anteriores; por isso, temia que, sob o pretexto de serem livres de preconceitos, os revolucionários destruíssem todo o “edifício” construído a duras penas em nome de ideais metafísicos que de nenhum modo substituiriam o que seria perdido. Consequentemente, boa parte do texto das *Reflexões* tenta separar os princípios da

Revolução Francesa dos defendidos durante a Revolução Gloriosa (1688). Enquanto a primeira seria marcada pela mudança inconsequente e pela arrogância intelectual, a segunda seria pautada pela reforma. A principal diferença entre as duas, na opinião de Burke, era que, enquanto uma não alterava a “substância” da sociedade, sendo mais como uma “aplicação medicamentosa” sobre os problemas que aparecessem em determinada circunstância, a segunda visava a demolição de todas estruturas que sustentavam a sociedade com o intuito de construí-las do zero. Reformar, para Burke, era reconhecer que nenhuma realização humana é perfeita, mas que sempre há algo a ser preservado e melhorado.

Ademais, Burke via a revolução Francesa como a primeira revolução intelectual, ou seja, a primeira revolução que fora desenhada teoricamente e aplicada de maneira arrogante, não levando em consideração todo o processo de construção realizado pelas gerações anteriores. Burke, inclusive, não acreditava que a revolução tivesse aprovação popular da maioria dos franceses, antes, como aponta Ivone Moreira no prefácio da edição portuguesa de *Reflexões*,

[...] acreditava que a Revolução não era uma insurreição de todo o povo de França, acreditava antes que o povo francês estava a ser manipulado por grupos intelectuais, com uma agenda definida, jacobina, que se reuniam há algum tempo nos salões de Paris. Estes grupos, de constituição variada, de que tomavam parte os enciclopedistas, eram cliques que teriam mobilizado os cabecilhas que depois levaram os parisienses às ruas da capital, mas o resto do povo de França tinha sido forçado a aderir muito contra a sua vontade. Reconhecendo que o Ancien Regime requeria reforma, julga também que esta reforma já tinha começado e que o rei Luís XVI era um monarca disposto a atender às reivindicações do povo, como o demonstrava a convocatória dos Estados Gerais (2015, p.33).

Até o fim de sua vida, Burke continuou a combater o espírito revolucionário francês, chegando a defender que a Inglaterra declarasse guerra à França. Também intercedeu por franceses no exílio⁷, bem como escreveu a Catarina da Rússia para que esta interferisse na insurreição.

3.3 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA

A Revolução Francesa (1789-1799) foi um evento de grandes dimensões, causando impactos para além da França e, também, para além de sua própria época.

⁷ Burke chegou a abrir uma escola francesa na Inglaterra para receber os filhos dos refugiados.

Por conta disso, muitos historiadores e estudiosos se debruçaram sobre o assunto, sobre o qual escreveram uma série de obras sob as mais diferentes perspectivas.

De acordo com Moraes (2019), embora a Revolução Francesa tenha provocado rupturas sociais mais profundas que as revoluções precedentes, não podemos tratá-la como algo homogêneo. Para ele, existiram “Revoluções Francesas”, cada uma com projetos de sociedade distintos, concorrentes e sequenciais. Por conta disso, os resultados da Revolução foram imprevistos e não planejados (diferentemente do que alguns historiadores, como Mignet, citado pelo próprio autor, defendiam). Moraes completa defendendo que, no início, a única “cola” a unir essas pessoas com ideais e objetivos diferentes foi a insatisfação com o Antigo Regime.

A fim de oferecer uma melhor compreensão das críticas lançadas por Burke, é importante oferecer uma contextualização do período, ou seja, do início da Revolução Francesa (afinal, as Reflexões foram escritas ainda em 1790).

A noção de Antigo Regime nasce com a própria Revolução, como afirma Vovelle (2019). E, segundo ele, é possível caracterizá-lo partindo de três temas:

[...] “feudalidade”, como se dizia então, ou “feudalismo”, que remete a uma codificação de inspiração marxista para caracterizar o modo de produção; “sociedade de ordens”, que define uma estrutura global; e “absolutismo”, que designa um sistema político e um modo de governo (2019, p.5).

“Feudalismo”, pois, na época, o sistema econômico que dominava era o rural. De acordo com o próprio Vovelle, 85% da população francesa em 1789 era constituída por habitantes rurais, que eram ameaçados a todo tempo pela escassez e pelas crises de subsistência. Do mesmo modo, esse campesinato estava sujeito ao sistema “senhorial”, ainda que em graus diversos.

Já por “Sociedade de Ordens”, podemos entender a própria estrutura hierárquica que regia a sociedade francesa. Essa sociedade de ordens era composta por três Estados: 1) o clero; 2) a nobreza e, 3) por fim, os plebeus, ou o Terceiro Estado. No entanto, é importante ressaltar que esses grupos, ainda que, de certo modo, fossem relativamente estáveis e definissem os limites e possibilidades dos indivíduos, não eram grupos homogêneos, afinal, todos os três Estados contavam com ricos e pobres, proprietários e não proprietários.

O terceiro pilar é o absolutismo, que diz respeito ao alcance dos poderes do monarca. Os princípios que regiam os poderes reais eram: 1) o princípio dinástico, ou seja, a questão da hereditariedade; 2) o princípio religioso, no sentido de que o poder

político derivava diretamente de Deus e somente Nele se encontravam os limites para seu exercício. Entretanto, devemos ter cuidado ao usar o termo “absolutismo” para nos referirmos aos poderes do monarca no período. Segundo Moraes (2019), o termo “absolutista” foi inventado pelos adversários do regime.

Chamar o Antigo Regime de absolutista pode fazer supor a existência de uma centralização política plena, em que o poder e o controle social eram exercidos de forma vertical e uniforme, sem limites e sobre uma sociedade passiva. Quem os monarcas absolutos queriam que assim fosse, não parece existir dúvida. Mas, entre esse desejo e a realidade havia uma distância razoável. No longo processo de centralização política na França, a monarquia buscou concentrar poderes, antes nas mãos da nobreza provincial. Mas limites para o exercício do poder dos monarcas nunca deixaram de existir (MORAES, 2019, p.14).

É sobre esses três pilares que se sustentava o Antigo Regime. É a soma desses pilares com crises financeiras, desigualdade expressa no tecido social e o surgimento de ideais de liberdade que dá o pontapé inicial para o início da Revolução.

Como dito anteriormente, não houve apenas uma revolução, mas “revoluções”. Diversas camadas do estrato social participaram do levante e, com o tempo, as diferenças de visões quanto ao futuro foram ficando cada vez mais explícitas. Conseqüentemente, existiram estudiosos que leram esses acontecimentos de variadas formas. Alguns, como Michelet (Moraes, 2019) e Rudé (1991), ressaltaram a importância da participação popular. Do mesmo modo, nomes como Vovelle enxergaram com bons olhos as conquistas da Revolução, vendo nela um “berço” para a “sociedade burguesa” que conhecemos hoje.

No entanto, personalidades como o próprio Burke enxergaram no evento mais pontos negativos do que positivos, mesmo que afirmasse que, de fato, existissem reivindicações justas e que mudanças eram necessárias. Nas Reflexões, ele afirma:

Vocês poderiam, se quisessem, ter aproveitado nosso exemplo e dado à sua liberdade recuperada uma dignidade correspondente. Seus privilégios, embora descontinuados, não foram esquecidos. Sua Constituição, é verdade, foi corrompida e dilapidada enquanto esteve fora de posse; mas vocês ainda possuíam partes das muralhas e toda a fundação de um castelo nobre e venerável (2017, p.70).

Outro autor, desta vez um francês, que fez uma leitura crítica do evento foi Tocqueville (1997). Ele, assim como Burke, acreditava que a Revolução não se pautava, de fato, no povo francês, mas numa concepção abstrata de cidadão. Segundo ele

A Revolução Francesa agiu em relação a este mundo exatamente como as revoluções religiosas operam em relação ao outro. Tem considerado o

cidadão de uma maneira abstrata, fora de qualquer sociedade particular, da mesma maneira como as religiões consideram o homem em geral, independentemente do país e da época. Não pesquisou tão-somente qual era o direito particular do cidadão francês, mas também quais os deveres e direitos gerais dos homens em matéria política (1997, p.60).

E, a seguir, continua:

Como parecia aspirar mais ainda à regeneração do gênero humano que à reforma da França, acendeu uma paixão que as revoluções políticas as mais violentas jamais conseguiram produzir até então. Inspirou o proselitismo e gerou a propaganda. Foi assim que pegou este ar de revolução religiosa que tanto apavorou os contemporâneos, ou melhor, tornou-se ela própria uma espécie de nova religião, uma religião imperfeita, é verdade, sem Deus, sem culto, sem Além, mas que, todavia, como o islamismo, inundou toda a terra com seus soldados, apóstolos e mártires (1997, p.60).

Como ficou claro, Tocqueville e Burke, ainda que tivessem críticas quanto ao Antigo Regime, compreendiam a Revolução como algo imposto de cima para baixo, em detrimento de todo o “edifício” construído durante a história francesa. Outros autores, como Rudé (1991), enxergavam a Revolução como um movimento de baixo para cima, com grande participação popular. Em todo caso, hoje sabemos que pessoas de todos os estratos da sociedade francesa participaram do movimento, ainda que, com o tempo, nem todos tenham sido ouvidos e atendidos pelas políticas revolucionárias (como os negros e, principalmente, as mulheres).

3.4 CONCEITOS

3.4.1 INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS BURKIANOS

Antes de entrarmos propriamente na análise dos conceitos burkianos que foram interpretados e mais profundamente desenvolvidos por autores conservadores posteriores, gostaríamos de fazer algumas observações quanto a origem desses conceitos. Como bem explicado por Scruton na obra *Conservadorismo: um convite à grande tradição* (2019), muitas das ideias conservadoras, mesmo aquelas utilizadas por Burke, têm origem em outros autores mais antigos. Scruton, a fim de evidenciar isso, debate esses assuntos num tópico chamado “Pré-História do Conservadorismo”; nesse tópico, ele demonstra como os pensadores conservadores utilizaram ideias e conceitos presentes em autores da antiguidade, como Aristóteles, do período medieval, como Tomás de Aquino, e em autores modernos, como o próprio David Hume, que já havia, por exemplo, desenvolvido muito bem ideias de ceticismo quanto à atuação do governo.

Portanto, é importante não perder de vista que alguns conceitos debatidos têm origens anteriores a Burke, entretanto, é Burke quem “sistematiza”, ainda que não de forma intencional, esses conceitos que, juntos, formaram a base do que hoje conhecemos como pensamento conservador. E é justamente por essa junção de ideias que há, entre os autores conservadores, certo consenso quanto à figura de Burke como o “pai” do conservadorismo moderno.

3.4.2 CETICISMO E IMPERFEIÇÃO HUMANA

O primeiro conceito que abordaremos é o de ceticismo político, uma vez que esse conceito dá a base para todos os outros que serão discutidos posteriormente. É principalmente sobre o ceticismo (e, conseqüentemente, sobre a ideia de imperfeição humana) que Burke vai construir todo seu edifício argumentativo contra a postura dos revolucionários franceses. Burke acreditava que o homem era tolo, mas a espécie era sábia e, por isso, valorizava muito tudo aquilo que havia sido construído ao longo do tempo, sobrevivendo por todos os “testes” durante a história. Embora soubesse a importância de reformas (ele ressalta isso diversas vezes ao longo da obra), sabia também que estas deveriam ser feitas com prudência, preservando tudo de bom que tinha sido construído durante os anos e reformando aquilo que a circunstância revelasse necessário, as coisas que ficassem ultrapassadas ou que não dessem mais conta de suprir necessidades do momento.

As *Reflexões*, deste modo, estão permeadas por seu ceticismo. A todo momento ele põe em xeque a capacidade de se alcançar um ideal através de uma revolução que, segundo ele, era regida por “matemáticos”, ou seja, por pessoas que se deixavam guiar pelo ideal abstrato e, por conseguinte, agiam de forma inconsequente, rompendo todo o tecido social da sociedade francesa.

Logo no início da obra, Burke lança seu ceticismo quanto aos acontecimentos que então pululavam na França.

[...] embora eu deseje de todo coração que a França possa ser animada por um espírito de liberdade racional, e ache que vocês podem, com toda sinceridade, prover um corpo permanente em que esse espírito possa residir, e um órgão eficaz pelo qual ele possa agir, é-me um grande infortúnio ter grandes dúvidas sobre diversos pontos importantes dos últimos acontecimentos (2017, p.27).

É sobre esse ceticismo que Burke constrói as *Reflexões*. Para ele, o homem não era perfeito e, por isso, jamais seria capaz de construir uma sociedade perfeita.

Por conta da razão limitada que marca cada homem, era essencial, segundo Burke, respeitar as coisas que haviam sobrevivido aos testes do tempo, sejam instituições sociais, religiosas ou políticas, pois elas estavam fundamentadas por uma sabedoria coletiva, mais confiável do que a inteligência individual.

Os conceitos de ceticismo político e de imperfeição humana foram amplamente adotados e, de certo modo, aprofundados por conservadores posteriores. Talvez o autor conservador que tenha mais bem desenvolvido o tema do ceticismo seja o historiador e filósofo político Michael Oakeshott (1901-1990). Em seu livro *Política de Fé e Política de Ceticismo*, Oakeshott trabalha profundamente sua ideia de ceticismo político⁸. Segundo ele, enquanto “na política da fé, a atividade de governar está a serviço da perfeição da humanidade. (2018b, p.57)”, compreendendo “o governo como uma atividade ‘ilimitada’; (2018b, p.63)”, na política do ceticismo, pelo contrário, o governo deve manter-se limitado a algumas funções, como a conservação da ordem.

O cético na política observa que os homens vivem em proximidade uns com os outros e, ao perseguirem várias atividades, podem entrar em conflito. Quando alcança certas dimensões, esse conflito não apenas torna a vida bárbara e intolerável, como pode extingui-la abruptamente. Portanto, a atividade de governar subsiste não porque é boa, mas porque é necessária. Sua função primordial consiste em diminuir a gravidade do conflito humano ao reduzir as ocasiões em que ocorre (OAKESHOTT, 2018b, p.69-70).

Portanto, Oakeshott, seguindo e extrapolando a disposição burkiana, afirma que a primeira preocupação do cético é com a manutenção da ordem, fugindo, assim, de buscar a perfeição em qualquer circunstância. “Aqui, o que deve ser aprimorado não são os seres humanos ou suas condutas, nem mesmo suas circunstâncias de maneira ampla, mas o sistema existente de direitos, deveres e meios de reparação (OAKESHOTT, 2018b, p.72)”.

Como fora dito anteriormente, o ceticismo político, lançado por Burke e aprofundado por Oakeshott e outros conservadores, se assenta na concepção de imperfeição humana. É justamente essa imperfeição que faz com que as pessoas sejam incapazes de construir um sistema perfeito. Ficam ainda mais distantes desse feito quando se livram de tudo o que foi construído em conjunto e ao longo de anos

⁸ Vale ressaltar que Oakeshott foi além ao desenvolver as ideias de política de fé e ceticismo. Ele ressalta que deve haver certo equilíbrio ou mescla entre os dois extremos, evitando que qualquer uma dessas vertentes políticas assuma o controle absoluto. O conservador, para Oakeshott, deveria agir como um estivador, buscando manter esse equilíbrio.

para se lançarem a ideais de sociedade abstratos e, por isso, irrealizáveis. Sobre isso, afirma João Pereira Coutinho (2014, p.34),

Somos imperfeitos, intelectualmente imperfeitos, não porque tenhamos nascido livres e nos encontremos aprisionados em toda parte (a célebre proclamação de Jean-Jacques Rousseau que não é mais do que uma corruptela bíblica sobre a queda do homem), mas porque a complexidade dos fenômenos sociais não pode ser abarcada, muito menos radicalmente transformada rumo à perfeição, por matéria tão precária.

É justamente por essa imperfeição que o ceticismo, na visão dos conservadores, se torna imprescindível no campo da atuação política. No entanto, vale ressaltar, não é por desacreditar na perfeição humana que os conservadores não acreditam que seja possível melhorar as estruturas políticas; muito pelo contrário, eles defendem que essas melhoras sejam feitas sempre que necessário, visando manter o “edifício em pé”, porém, é somente através do ceticismo que se pode chegar a soluções que possam minimizar os problemas, sem, todavia, causar novas adversidades decorrentes de ajustes impensados.

3.4.3 IMAGINAÇÃO MORAL

Dentre os conceitos lançados por Burke nas *Reflexões sobre a Revolução na França*, um dos mais utilizados por pensadores conservadores posteriores foi a Imaginação Moral. Esse conceito, embora não seja complexo, representa muito bem a filosofia burkiana, pois se assenta diretamente no ceticismo quanto à importância da manutenção das coisas vigentes, da ordem estabelecida.

Entretanto, Burke, pelo próprio caráter das *Reflexões* (ou seja, não era um livro técnico ou filosófico, onde ele se propunha a lançar e definir pormenorizadamente seus conceitos), desenvolve pouco a ideia de imaginação moral. Coube, então, aos estudiosos de suas obras definirem, a partir do contexto, o que de fato seria Imaginação Moral. Passagem célebre, associada a esse conceito, é a narrativa da morte de Maria Antonieta (antes mesmo que, de fato, esta acontecesse). Mas, a passagem mais explícita sobre a imaginação moral presente na obra é esta:

Mas agora tudo está prestes a mudar. Todas as agradáveis ilusões que tornavam o poder suave e a obediência liberal, que harmonizavam os diferentes tons da vida, e que, por uma assimilação branda, incorporavam na política os sentimentos que embelezavam e suavizam a sociedade privada, serão dissolvidas por este novo império conquistador de luz e razão. Toda a decente roupagem da vida está prestes a ser rudemente arrancada. Todas as ideias superpostas, decoradas pelo guarda-roupa de uma imaginação moral, que o coração possui e o entendimento ratifica como necessárias para cobrir os defeitos da nossa natureza nua e claudicante, e para elevá-la à

dignidade em nossa própria estimativa, devem ser destroçadas como uma moda ridícula, absurda e antiquada (BURKE, 2017, p. 126).

Nela, Burke não só demonstra seu ceticismo quanto ao racionalismo revolucionário, como afirma que é sobre o arcabouço da Imaginação Moral que a sociedade está assentada. Ele achava, portanto, que os caminhos tomados pela Revolução Francesa causariam perdas inestimáveis que levariam, conseqüentemente, à disrupção social, principalmente porque acreditava que esses caminhos estavam destruindo essa dimensão moral presente no imaginário.

O professor e filósofo brasileiro Luiz Felipe Pondé desenvolveu a ideia de Imaginação Moral, em livro recente, afirmando que:

Outra observação importante de Burke é quando ele imagina a invasão dos aposentos da rainha Maria Antonieta pela turba jacobina. Ao destruir tudo e perder a reverência pela rainha, “eles descobririam que uma rainha é só uma mulher e que uma mulher é só um animal”. Essa passagem ficou conhecida como os alicerces da compreensão de moral como fruto da imaginação, e não da razão. Uma imaginação enlaçada em objetos estéticos (nesse caso específico, os objetos que pertenciam à rainha na sua intimidade) e afetos. A crítica de Burke ao Iluminismo francês aparece na medida em que ele afirma que o que sustenta a vida moral não são regras de conduta (avança uma crítica a Kant e sua Crítica da razão prática que veremos a seguir) ou imperativos, mas a construção imaginativa a partir de experiências afetivas ligadas ao âmbito estético da vida; portanto, se jogadas contra um discurso racional, se dissolveriam como a carne humana em contato com ácido (2019, p.104).

Portanto, para a filosofia política de Burke e, por conseguinte, para a filosofia conservadora como um todo, o conceito de Imaginação Moral é extremamente importante, pois é sobre ele que a sociedade, constructo orgânico de gerações, se assenta. Se essa estrutura é danificada ou corrompida, como Burke acreditava que os franceses estavam fazendo, toda a sociedade se dissolve, causando uma perda inestimável, que poderia demorar séculos para ser reconstruída.

3.4.4 PRUDÊNCIA E CIRCUNSTÂNCIAS

Uma das ideias mais caras ao conservadorismo é a de prudência. Burke a entendia como a virtude mais importante para qualquer estadista. Ao lidar com questões políticas, sobremaneira aquelas com potencial de causar grandes mudanças, ele acreditava que a prudência deveria guiar cada pequena decisão, sempre apoiada no que as circunstâncias pedissem. Tudo isso visando fazer as

mudanças ou reformas necessárias, sem, no entanto, destruir coisas valiosas no processo.

Burke acreditava que a Revolução Francesa era tudo menos prudente. Para ele, os revolucionários, embora defendessem causas justas, haviam escolhido o caminho errado para conseguir os direitos reivindicados. Eram imprudentes ao tentar demolir todo o sistema, tudo aquilo que havia sobrevivido aos testes do tempo. E, principalmente, eram imprudentes ao confiar no poder da razão para organizar a sociedade, esquecendo-se do valor dos “preconceitos”, ou seja, tudo aquilo que havia passado pelos testes do tempo, todo o edifício que fora construído durante milhares de anos. Burke dizia, inclusive, que a França tinha muito a preservar, uma riqueza institucional que, segundo ele, estava sendo jogada no lixo.

Nas *Reflexões*, muitas são as passagens em que Burke, direta ou indiretamente, evoca a prudência, defendendo-a como virtude imprescindível ao estadista. Fazendo, em uma passagem da obra, uma analogia entre as medidas revolucionárias e remédios aplicados a um doente, Burke ressalta que são as circunstâncias que ditam quais as medidas que devem ser tomadas, e que, nesse processo, prudência e cautela são elementos necessários para bem reformar, afinal, “um Estado sem meios para efetuar mudanças também não tem meios para garantir sua conservação. (2017, p.52)”.

Quando as coisas estão nessa condição lamentável, a natureza da doença indica o remédio àqueles a quem a natureza qualificou para administrar, em casos extremos, este crítico ambíguo e amargo fármaco a um Estado desordenado. Os momentos, as ocasiões e as provocações ensinarão, cada um, suas próprias lições. O sábio vai determinar a partir da gravidade do caso; o irritável, da sensibilidade à opressão; os grandes espíritos, do desprezo e indignação diante do poder abusivo em mãos indignas; o bravo e corajoso, do amor pelo perigo honroso em uma causa generosa; mas, com ou sem razão, uma revolução será o último recurso dos prudentes e dos bons (BURKE, 2017, p.64).

Em outra passagem, ele deixa ainda mais evidente a importância da prudência para o bom estadista, levando em consideração as consequências desastrosas que políticas imponderadas poderiam trazer para sociedade, mais especificamente às multidões.

Se prudência e cautela são uma parte da sabedoria quando trabalhamos apenas com matéria inanimada, certamente elas se tornam também um dever quando o objeto de nossa demolição e construção não é tijolo ou madeira, mas seres sencientes, cuja alteração repentina de estado, condições e hábitos, pode desgraçar multidões (BURKE, 2017, p.250).

Um dos conservadores que mais trataram do assunto da prudência foi Russell Kirk, cujas ideias foram assumidamente influenciadas por Burke. Kirk escreve, inclusive, um livro denominado “*A Política da Prudência*”. Para ele,

Burke está de acordo com Platão acerca da proposição de que, no estadista, a prudência é a maior das virtudes. Qualquer medida pública deve ser julgada pelas suas consequências de longo prazo, não apenas por vantagens ou popularidade temporárias (2013, p.107).

Ao comentar como deveria agir um estadista, e seguindo a tradição conservadora que o precedeu, começando por Burke, Kirk também afirma que,

Complexa como é a sociedade humana, as soluções não podem ser simples, se têm de ser eficazes. O conservador declara agir somente após suficiente reflexão, tendo sopesado as consequências. Reformas rápidas e agressivas são tão perigosas quanto cirurgias rápidas e agressivas (2013, p.107).

Portanto, para a visão conservadora, são as circunstâncias que ditam as medidas que devem ser adotadas. Deste modo, é necessário ao político compreender bem as circunstâncias e, então, agir com prudência e cautela, sopesando o que pode ser feito e tendo em mente as consequências que determinadas ações podem ter a longo prazo.

3.4.5 PEQUENOS PELOTÕES

Do ponto de vista conservador, a sociedade não se forma de maneira racional, calculada, mas de forma quase que espontânea, orgânica, através das relações entre indivíduos ou de um pequeno grupo. Daí o conceito de pequeno pelotão – *little platoons*, no original – que nada mais é do que um grupo de indivíduos que se juntam a fim de tornar um lugar melhor, mais organizado ou estruturado, atingindo, através da busca de bens e vantagens individuais, o bem comum. A partir desses pequenos grupos, uma sociedade maior vai se formando. Os casais têm filhos, que se distribuem pelo local, novas funções e responsabilidades são assumidas, e novos acordos e regras vão sendo estabelecidos.

É amando esses pequenos pelotões que podemos, na visão de Burke, amar nossa pátria e nossa sociedade, afinal, esses pequenos grupos estão mais próximos, fazendo com que nos sintamos pertencentes a tudo aquilo que nos rodeia. Assim, assumimos nossas responsabilidades para com os indivíduos, os pequenos grupos, as instituições, o governo e o país.

Ter afeição à subdivisão, amar o pequeno pelotão a que pertencemos na sociedade, é o primeiro princípio (o germe, se preferir) da afeição às coisas

públicas. É o primeiro elo na cadeia que nos leva a amar nosso país e a humanidade (2017, p.85).

Mais do que a união dos pequenos pelotões, a sociedade, na visão de Burke, é como que o subproduto das gerações e dos grupos que não mais existem também. Ficou muito conhecida a sua frase sobre a sociedade ser constituída por uma “comunidade de almas”.

[A sociedade] é uma parceria de todas as ciências; uma parceria de todas as virtudes e de toda a perfeição. Como as finalidades de tal parceria não podem ser obtidas em muitas gerações, torna-se uma parceria não só entre aqueles que estão vivos, mas entre aqueles que estão vivos, aqueles que estão mortos, e aqueles que estão por nascer (BURKE, 2017, p.154).

Um dos pensadores conservadores que mais se debruçou sobre essa ideia dos pequenos pelotões foi o filósofo e escritor inglês Roger Scruton. Em seu livro *Como ser Um Conservador*, de 2016, Sir Roger desenvolve minuciosamente a ideia de que as coisas que mais valorizamos, bem como a própria organização social, são subprodutos de pequenos acordos que foram sendo feitos por indivíduos ao longo do tempo. Só depois de devidamente estabelecidas na sociedade na forma de costumes é que essas estruturas se tornariam leis.

A verdade no conservadorismo é que a sociedade civil pode ser morta pelas classes mais altas, mas ela se desenvolve de baixo. Desenvolve-se por meio do impulso associativo dos seres humanos, que criam associações civis que não são empreendimentos voltados para propósitos determinados, mas lugares de uma ordem voluntariamente sancionada (SCRUTON, 2016, p.189).

Era justamente por entender a sociedade dessa forma que Burke temia tanto os arranjos feitos sem cautela, de cima para baixo, como acreditava estar acontecendo na França. Aquilo que foi arranjado de forma gradual e quase inconsciente, poderia ser destruído num piscar de olhos através de políticas públicas que não levassem em consideração as tradições.

Segundo o professor João Carlos Espada,

A primeira preocupação de Burke foi sempre a de manter o poder da política e do governo nos seus devidos limites, e, no seu entendimento, estes limites estavam sempre relacionados com um certo respeito pelos arranjos espontâneos de tradições particulares (2019, p.170).

Portanto, amar (na linguagem burkiana) e proteger esses pequenos pelotões era a melhor forma de se amar e de se conservar a sociedade e todas as suas estruturas mantenedoras, bem como a melhor forma de se impor limites às sanhas arbitrárias e revolucionárias e, também, ao próprio governo.

3.4.6 PRECONCEITOS

No entendimento de Burke, existia uma espécie de razão que fora construída ao longo do tempo e que estava presente na sociedade. Esse saber era adquirido através do contato com instituições sociais presentes na sociedade, como a igreja e a família, por exemplo. A esse conhecimento coletivo, Burke denominava preconceitos.

Os preconceitos, na visão de Burke, eram importantes e extremamente úteis, afinal, funcionavam como uma forma de bússola, nos ajudando a decidir e/ou agir frente a situações em que a razão individual não poderia oferecer uma resposta, seja pela necessidade de velocidade, seja pela própria natureza da razão individual – que, para Burke, era limitada. Para ele, nós poderíamos e deveríamos buscar informações nesse grande estoque da razão coletiva.

Veja, senhor, que nesta era iluminada eu sou ousado o suficiente para confessar que somos, em geral, homens de sentimentos rústicos, que, em vez de jogar fora todos os nossos velhos preconceitos, nós os valorizamos num grau bastante considerável, e, para aumentar nossa vergonha, nós os valorizamos porque são preconceitos; e quanto mais tempo eles duraram e mais geralmente têm prevalecido, mais os estimamos. Estamos receosos de colocar homens para viver e negociar cada um pelo seu próprio estoque privado de razão, porque nos suspeitamos que este estoque em cada homem é pequeno, e que os indivíduos fariam melhor em se valer do banco e do capital gerais das nações e das eras (BURKE, 2017, p.140).

E continua, em seguida:

O preconceito é de aplicação imediata em situação de emergência; ele antecipadamente conduz a mente em um curso constante de sabedoria e virtude, e não deixa que o homem hesite no momento da decisão por ceticismo, confusão e indecisão. O preconceito torna a virtude de um homem em seu hábito, e não em uma série de atos desconexos. Através de um preconceito justo, o seu dever se torna parte de sua natureza (BURKE, 2017, p.141).

Muitos outros conservadores, seguindo a linha burkiana, analisaram e desenvolveram a ideia de preconceito e sua importância para a própria manutenção social. No entanto, devido a mancha que o próprio termo carrega, muitos desses autores tiveram que fazer uma diferenciação entre preconceito como entendemos atualmente e como Burke o entendia. Alguns autores que escrevem em língua portuguesa, inclusive, optaram por utilizar o termo em inglês para deixar ainda mais evidente essa diferenciação.

Talvez tenha sido Theodore Dalrymple, pseudônimo do escritor e psiquiatra Anthony Daniels, que tenha melhor desenvolvido esse conceito. Em seu livro *Em Defesa do Preconceito* (2015), uma coletânea de pequenos ensaios sobre o assunto,

ele tenta mostrar que, atualmente, ainda que tentemos nos mostrar livres de qualquer espécie de preconceito, não raro nos apoiamos em muitos deles, afinal, nem todos os homens, como afirma o próprio Dalrymple ironicamente, são capazes de se comportar como Descartes, ou seja, fundamentar cada resposta em princípios primeiros, irrepreensíveis, para além de qualquer dúvida. O autor também argumenta que, ao tentarmos nos livrar dos preconceitos, acabamos por deteriorar a estrutura social, pois passamos a procurar respostas no estoque privado de razão, que se mostra ineficiente; do mesmo modo, em situações de crise, a ausência de ideias preconcebidas pode levar ao imobilismo e ao desespero.

Portanto, o conceito de preconceito, assim como compreendido por Burke, é de extrema importância para o pensamento conservador, pois oferece um direcionamento confiável em situações que exigem respostas rápidas. Do mesmo modo, munir-se desses preconceitos, na perspectiva conservadora, é agir de forma prudente, confiando no estoque de razão acumulado historicamente; é respeitar o contrato de almas que fundamenta a sociedade.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como intento apresentar a figura de Edmund Burke, ressaltando seu papel fundamental para o estabelecimento da filosofia conservadora através de sua principal obra: *Reflexões sobre a Revolução na França*.

No primeiro tópico, trouxemos uma breve biografia da figura estudada, buscando apresentar seus feitos conhecidos, desde informações quanto à sua família e formação nos anos de juventude, passando por suas atuações e brigas políticas, até chegar, então, à sua principal obra, na qual Burke, ao apresentar suas opiniões sobre a Revolução Francesa, lança diversas ideias que posteriormente seriam adotadas para fundamentar a disposição conservadora, ou seja, todo corpo filosófico e conceitual que fundamenta essa linha de pensamento.

No segundo tópico, buscamos apresentar uma breve contextualização histórica da publicação das *Reflexões*, mostrando de forma resumida os motivos que levaram Burke a escrever e a publicar a obra, bem como mostrando seu alcance não só na época de sua publicação, mas, também, durante toda a história posterior, até nos dias atuais.

Já no terceiro tópico, abordamos brevemente a questão da Revolução Francesa, mostrando, de forma resumida, algumas perspectivas diferentes sobre o assunto, trazidas por historiadores e outros estudiosos, de vários períodos históricos, que se debruçaram sobre esse evento tão importante para a compreensão não só do assunto pesquisado, mas para todo o período posterior. Decidimos, no entanto, não nos aprofundar no assunto, discutindo cada particularidade ao longo dos dez anos de revolução, pois não era uma das propostas da pesquisa, uma vez que nosso objeto de estudo – as *Reflexões* e seus conceitos – foi escrito logo no início do processo revolucionário.

No quarto e último tópico, apresentamos conceitos centrais, presentes nas *Reflexões*, que serviram de alicerce para o pensamento conservador, sendo adotados e aprofundados por outros pensadores conservadores posteriores a Burke. De início, deixamos claro que não necessariamente essas ideias e conceitos foram criação de Burke. No entanto, é consenso entre pensadores conservadores que Burke foi o primeiro a sistematizar, ainda que não propositalmente, esses conceitos numa estrutura de pensamento única e coerente.

Primeiramente, discutimos o conceito de ceticismo, que desenha o pano de fundo para toda a discussão presente nas *Reflexões*. Juntamente ao ceticismo, discutimos a questão da imperfeição humana, compartilhada por boa parte dos conservadores, que acreditavam que a perfeição era impossível e, por isso, não deveria ser buscada politicamente. É a postura cética, sobremaneira em relação à atuação política, que fez com que Burke questionasse os ideais abstratos que serviam como justificativa para os revolucionários

Em seguida, discutimos a ideia de imaginação moral como uma dimensão imprescindível, na visão conservadora, para a manutenção da ordem social. Do mesmo modo, mostramos que Burke acreditava que essa dimensão estava em perigo devido aos arroubos revolucionários, temendo, sobremaneira, que essas ideias revolucionárias encontrassem correspondentes dentro da própria Inglaterra.

Posteriormente, elucidamos um pouco os conceitos de prudência e circunstância, como apresentados por Burke e, depois, por Kirk. A prudência, no pensamento burkiano, é a principal qualidade de um estadista. É a partir da observação das circunstâncias, que orientam sobre o que deve ser feito, que os políticos deveriam decidir as medidas a serem tomadas, sempre com prudência para que coisas preciosas não fossem perdidas no processo. Ao respeitar as circunstâncias e ao agir prudentemente, Burke acreditava que um estadista jamais seria tomado por ideias “perfeitas” e abstratas, mas se uniria à realidade e ao que podia ser feito para minimizar os problemas que surgissem.

Depois, analisamos os conceitos de pequenos pelotões e de preconceitos. O primeiro se refere à constituição básica da sociedade, representado pelas associações individuais e orgânicas que, buscando o bem particular, atingem o bem coletivo como subproduto. É amando o pequeno pelotão, na visão de Burke, que o indivíduo se possibilita amar o próprio país. Os preconceitos, por sua vez, nada mais são do que certa sabedoria presente no seio da sociedade. Essa sabedoria foi construída, da perspectiva conservadora, através dos anos e, por esse motivo, por sobreviver aos testes do tempo, é que se tornaria mais “confiável” do que a limitada razão individual.

Por fim, essa pesquisa buscou tornar mais evidente a figura de Edmund Burke, personagem extremamente importante do ponto de vista histórico, e, principalmente, demonstrar como, com suas *Reflexões*, Burke legou uma série de ideias que se tornaram alicerces do pensamento conservador, sendo utilizadas por diversos outros

autores ao longo da história (mesmo que, como expõe Kirk, ele tenha sido esquecido durante certo tempo). Intentamos, também, com a exposição dos conceitos, diferenciar o pensamento conservador moderno de outros “conservadorismos”, ou, de forma mais precisa, de movimentos imobilistas e reacionários que, muitas vezes, se autoproclamam ou são taxados como conservadores. Ainda que as circunstâncias ditem o que deve ser feito, um governo que negue a maior parte desses princípios se afasta dessa tradição de pensamento que tem como “pai” a figura de Edmund Burke.

REFERÊNCIAS

- BABBIT, Irving. **Democracia e Liderança**. Rio de Janeiro: Topbooks, [s.d.]
- BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, [s. l.], v. 24, p. 114-134, 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2526>. Acesso em: 20 jan. 2021
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. 4. Ed. Campinas: Vide Editorial, 2017.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos *Annales* (1929-1989)**. 2. Ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- COUTINHO, João Pereira. **As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- DALRYMPLE, Theodore. **Em Defesa do Preconceito: a necessidade de se ter ideias preconcebidas**. 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2015.
- ESPADA, João Carlos. **Liberdade como Tradição**. 1. Ed. Campinas: Távola Editorial, 2019.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.
- HIMMELFARB, Gertrude. **A Imaginação Moral**. 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2018.

- JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares.** Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2005, vol.20, n.57, pp.27-38. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100002>.
- KARNAL et al. **História dos Estados Unidos.** 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KIRK, Russell. **Edmund Burke: redescobrimo um gênio.** 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2016.
- KIRK, Russell. **A Mentalidade Conservadora.** 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2020.
- KIRK, Russell. **A Política da Prudência.** 2. Ed. São Paulo: É Realizações, 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas S/A, 2003.
- LEVIN, Yuval. **O Grande Debate.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O Caleidoscópio Conservador: a presença de Edmund Burke no Brasil. *in:* KIRK, Russell. **Edmund Burke: redescobrimo um gênio.** 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2016.
- MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAES, Luís Edmundo. **História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial.** 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- MOREIRA, Ivone. **A filosofia política de Edmund Burke.** 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2019.
- OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo.** 2. Ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2018a.
- OAKESHOTT, Michael. **A Política da Fé e a Política do Ceticismo.** 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2018b.
- PONDÉ, Luiz Felipe. **Como Aprendi a Pensar: os filósofos que me formaram.** 1 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

RUDÉ, George. **A Multidão na História**: Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SCRUTON, Roger. **Como ser um Conservador**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa**, 1789-1799. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.